

# Manifesto dos Educadores Mais Uma Vez Convocados: a concepção de *público*\*

*Manifesto of Educators Once Again Summoned:  
the conception of public*

# 7

DOI: 10.18226/21784612.v23.n1.7

Darciel Pasinato\*\*  
José Edimar de Souza\*\*\*

**Resumo:** O presente artigo trata do Manifesto dos Educadores Mais Uma Vez Convocados: a concepção de público. O problema da pesquisa busca responder a uma questão central: Como os signatários do Manifesto de 1959 compreenderam o conceito de público e como, a partir dele, faziam uma crítica à educação vigente e aos defensores da escola privada? O objetivo geral é analisar a compreensão dos problemas educacionais, nas décadas de 1930 e 1960, assim como as soluções propostas pelo manifesto. A pesquisa é de natureza bibliográfico-documental. Utilizam-se como fontes de pesquisa: livros, capítulos de livros, dissertações, artigos em periódicos e dois importantes documentos: o Manifesto de 1932 e o Manifesto de 1959.

**Palavras-chave:** Concepção de público. Manifesto de 1932. Manifesto de 1959.

\* O artigo é resultado do projeto de pesquisa intitulado *Política e educação de 1930-1961: a concepção de público no Manifesto dos Educadores de 1959*, financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

\*\* Mestre em Educação pela Universidade de Passo Fundo (UPF). Professor no Programa de Pós-Graduação – Mestrado e Doutorado em Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). Integra o grupo de pesquisa “Educação no Brasil: memória, instituições e cultura escolar”. E-mail para contato: darcielpasinato@bol.com.br

\*\*\* Doutor em Educação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). Professor e Pesquisador no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Caxias do Sul. Integra o grupo de pesquisa “Educação no Brasil: memória, instituições e cultura escolar”. E-mail para contato: profedimar@gmail.com

**Abstract:** This article deals with the *Manifest of Educators Once Again Summoned*: the conception of public. The problem of the article seeks to answer a central question: how do the signatories of the Manifesto of 1959 understand the concept of the public and from it criticize the education in force and the defenders of the private school? The general objective is to analyze the understanding of educational problems in the 1930s and 1960s, as well as the solutions proposed by the Manifesto of 1959. The research is of bibliographic-documentary nature. We used as sources of research, books, book chapters, dissertations, articles in periodicals and two important documents: the Manifesto of 1932 and the Manifesto of 1959.

**Keywords:** Conception of public. Manifesto of 1932. Manifesto of 1959.

## Introdução

É no contexto da década de 1930 e, principalmente, na década de 1950, que “ocorrem importantes avanços na perspectiva de organização política de um Estado articulador de políticas sociais, econômicas e educacionais para o Brasil”. (ROMANELLI, 1978, p. 65). No campo educacional, acirram-se os enfrentamentos entre duas tradições que se mantêm até os dias atuais: uma defendendo a educação pública sob a égide do Estado, e outra defendendo uma educação sob a responsabilidade da família.

Tanto o *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova – A reconstrução educacional no Brasil ao povo e ao governo* de 1932, que influenciou a Constituição de 1934, quanto o *Manifesto dos Educadores Mais Uma Vez Convocados – Manifesto ao povo e ao governo* de 1959, contribuíram para a criação da Lei 4.024/1961<sup>1</sup> – primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) – produziram marcas na educação brasileira, porque defenderam a democratização do acesso ao ensino a todas as camadas sociais. Foram movimentos que contribuíram para a configuração da educação no País, pois, apesar de revelarem suas respectivas diferenças, o ponto em comum era que ambos defendiam a escola pública, gratuita, obrigatória e laica.

---

<sup>1</sup> Nosso argumento se baseia no estudo de Santos (2006), embora existam divergências sobre o aspecto da democratização do ensino considerando que a primeira Lei de Diretrizes e Bases conservou aspectos da estrutura do ensino que existia no País e pouco acrescentou às discussões de acesso a níveis de ensino mais elevados, por exemplo.

No texto dos dois manifestos (1932 e 1959), houve a demarcação dos campos em luta – “o campo dos que abraçam a defesa da escola pública e democrática em oposição àqueles que não agregam o mesmo valor ao caráter público e à ação estatal no âmbito da educação escolar”. (XAVIER, 2003, p. 10). Nesse sentido, o problema de pesquisa busca responder a uma questão central: Como os signatários do Manifesto de 1959 compreendiam o conceito de público e como, a partir dele, faziam uma crítica à educação vigente e aos defensores da escola privada? O objetivo geral é analisar a compreensão dos problemas educacionais, nas décadas de 1930 e 1960, assim como as soluções propostas pelo Manifesto de 1959.

A pesquisa é de natureza bibliográfico<sup>2</sup>-documental.<sup>3</sup> Utilizam-se como fontes de pesquisa: livros, capítulos de livros, dissertações, artigos em periódicos e dois importantes documentos: o Manifesto de 1932 e o Manifesto de 1959. O artigo, além da introdução e das considerações finais, divide-se em três partes. Na primeira parte, estuda-se a origem do Manifesto de 1959; já na segunda parte, descrevem-se as inovações do Manifesto de 1959 em relação ao Manifesto de 1932. Na terceira e última parte, analisam-se a concepção de público presente no Manifesto dos Educadores de 1959.

## As origens do Manifesto de 1959

A referência principal dessa parte é o artigo de Carvalho (2008), “A origem do Manifesto dos Educadores Mais Uma Vez Convocados, de 1959, na correspondência de alguns de seus signatários”. Porém, acredita-se que é de suma importância discutir um pouco o contexto histórico das décadas de 1930 e 1960, além dos embates entre católicos e liberais, antes de chegar às origens do Manifesto de 1959.

No Brasil dos anos 1930, o escolanovismo se desenvolvia num período de mudanças significativas. O País iniciava um processo de urbanização, enquanto muitas pessoas deixavam o campo em direção aos centros urbanos

<sup>2</sup> A pesquisa bibliográfica representa a coleta e o armazenamento de dados de entrada para a revisão, processando-se mediante levantamento das publicações existentes sobre o assunto ou problema em estudo, seleção, leitura e fichamento das informações. (MOREIRA, 2004, p. 25).

<sup>3</sup> A pesquisa documental busca identificar informações factuais nos documentos a partir de questões ou hipóteses de interesse. Os documentos constituem, também, uma fonte de onde podem ser retiradas evidências que fundamentem afirmações e declarações do pesquisador. Os documentos não são uma fonte de informação contextualizada, mas surgem num determinado contexto e dão informações sobre esse mesmo contexto. (LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p. 38).

para encontrar melhores condições de trabalho e de sobrevivência. Nesse sentido, “educar a população urbana e rural, pareceu condição primeira para que se consolidasse a economia capitalista industrial e fosse garantido o desenvolvimento do país”. (SANTOS et al., 2006, p. 136). O ensino seria requisito a todo trabalhador, que deveria ter um mínimo de instrução. Assim, o Estado era colocado como responsável pela educação do povo.

A partir das décadas de 1950 e 1960, em pleno processo de industrialização,<sup>4</sup> as classes populares passam a exigir do Estado nova forma de gestar os conflitos de interesse. Esses movimentos populares resultaram de novas exigências estruturais assumidas pelos grupos que passaram a compor o poder após 1930. No entanto, juntamente com as novas categorias sociais, surgem intelectuais, que propõem uma educação voltada à consolidação da sociedade urbano-industrial.

Ao longo dos anos 1950, foram muitos os discursos que marcaram a história da educação no Brasil. Diferentes agentes sociais, portadores de projetos muitas vezes opostos, enfrentaram-se no Parlamento e em outras instâncias, defendendo seus pontos de vista em relação à configuração escolar. Em diversos momentos, a Igreja esteve presente como a principal defensora do discurso privatista. O discurso católico era marcado pela defesa da “liberdade de ensino”, na prática, a defesa da escola privada. Sobre essa questão, Gomes (2005, p. 7) destaca que “a Igreja buscou ampliar seu espaço de atuação, sendo a escola um instrumento estratégico para a transmissão de valores, normas e regras de conduta”. Dessa forma, a atuação dos intelectuais católicos integra-se com força na defesa do privatismo.

Por outro lado, os defensores da escola pública e laica, defendiam que o Estado deveria assumir a educação, e que as verbas ficassem apenas para a escola pública. A existência de diferentes discursos no sistema educacional brasileiro representa diferentes projetos de classes. Contudo, apesar das diferenças entre católicos e liberais, havia a crença comum no “poder da

---

<sup>4</sup> A política econômica de Juscelino Kubitschek foi definida no Programa de Metas, com uma definição nacional-desenvolvimentista, consolidada por meio de uma diversificada produção teórica do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb). Os resultados do Programa de Metas surpreenderam, principalmente, o setor industrial. Entre 1955 e 1961, o valor da produção industrial, descontada a inflação, cresceu 80% com altas porcentagens nas indústrias do aço (100%), mecânicas (125%), de eletricidade e comunicações (380%) e de material de transporte (600%). Porém, JK enfrentou problemas nas áreas ligadas ao comércio exterior e às finanças do governo, devido aos gastos para sustentar o programa de industrialização e a construção de Brasília. (FAUSTO, 2004, p. 432).

educação” e na imagem que faziam de si mesmos como mandatários dos interesses nacionais.

Em relação às origens do manifesto, nas cartas trocadas entre 1952 e 1959, por Fernando de Azevedo,<sup>5</sup> Paschoal Lemme,<sup>6</sup> Anísio Teixeira,<sup>7</sup> entre outros, pode-se perceber que o lançamento de um “Manifesto de Educadores” foi, por várias vezes, conforme Carvalho (2008, p. 1), “ensaiado durante a década de 1950 e que a preocupação de torná-lo um documento-memória acompanhou todas as etapas de sua elaboração até sua divulgação pública em 30 de junho de 1959”. Tendo sempre como referência a repercussão do Manifesto de 1932, a elaboração de novo documento de educadores era tema constante na correspondência trocada entre dois signatários importantes do primeiro manifesto: Fernando de Azevedo e Paschoal Lemme.

O objetivo de Lemme era buscar a ação unificada dos educadores brasileiros e, para isso, já havia proposto a criação de outra associação que os congregasse e os impelisse à defesa unificada das questões educacionais, pois acreditava que a ABE não o vinha fazendo. As justificativas de Lemme para tais posicionamentos ficam explícitas em carta de 29 de maio de 1955, novamente endereçada a Azevedo. Lemme escrevia que, há algum tempo, vinha se “preocupando seriamente com a questão da unidade dos educadores brasileiros, rompida em 1931, na Confederação de Niterói: situação essa depois agravada, por motivos bem conhecidos”. (CARVALHO, 2008, p. 2). Em busca dessa *unidade*, chega a propor, como atesta a mesma carta, a criação de uma “Academia Brasileira de Pedagogia”, proposta essa que chega a ser detalhada na referida carta.

A ideia de lançamento de um documento de educadores que buscasse influir nas questões educacionais, foi tema recorrente na troca de correspondência entre alguns signatários. O impacto que, na visão dos pioneiros, o Manifesto de 1932 provocou na história educacional do País, inclusive tendo sido considerado quando da elaboração dos textos de duas

<sup>5</sup> Azevedo nasceu em São Gonçalo de Sapucaí, no Estado de Minas Gerais, em 1894. Durante sua vida, dedicou-se à educação. Exerceu os cargos de diretor-geral da Instrução Pública do Distrito Federal de 1926 a 1930, e de São Paulo, em 1933. (AZEVEDO, 1943).

<sup>6</sup> Paschoal Lemme nasceu no Rio de Janeiro, em 1904. Foi um importante educador brasileiro, responsável por inovar a visão sociológica da educação e o papel da escola dentro da sociedade. (LEMME, 2004).

<sup>7</sup> Teixeira nasceu em Caetité, na Bahia, em 1900. Durante sua vida, foi um educador comprometido com a defesa da escola pública. Isso ficou claro, na década de 1930 e, principalmente nas décadas de 1950 e 1960. (TEXEIRA, 1968).

Constituições levava esses educadores a manter a ideia de novo documento. Porém, essa referência ao valor histórico do Manifesto de 1932 e o entendimento segundo o qual esse era um documento que mantinha sua atualidade, nem sempre era compartilhada no mesmo tom por todos. Assim, quando no início de 1959 as articulações em torno da elaboração da LDB que tramitava na Câmara Federal caminhavam para momentos decisivos, a elaboração de novo documento voltava à tona.

O Manifesto de 1959 seguiu duas linhas básicas: a defesa da escola pública como um instrumento democrático e, segundo, a discussão da relação entre a educação e o desenvolvimento econômico. Pode-se dizer que a influência de Lemme sobre o texto de 1959 foi decisiva, inclusive para a definição das teses centrais que o documento apresentaria.

O *Manifesto dos Educadores Mais Uma Vez Convocados de 1959*, não teve a mesma trajetória histórica do consagrado *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932*. Para se refletir sobre essa questão, é fundamental frisar que boa parte da repercussão histórica do primeiro manifesto deve ser atribuída à atuação dos seus principais signatários, no momento posterior do seu lançamento, o que equivale dizer que a construção da memória do documento de 1932 foi trabalhada pelos seus próprios signatários. “Em vários momentos posteriores à sua produção, esse Manifesto funcionou como um instrumento nas diversas batalhas pela educação que seus signatários se envolveram na busca da reconstrução educacional do País”. (CARVALHO, 2008, p. 13). Os autodenominados “pioneiros da educação nova” não cansaram de utilizar tal fato para marcar as bases de onde falavam e de lembrar a todos os objetivos da sua obra, enfim, de cultivar a memória dos *pioneiros*.

Finalizando, o Manifesto de 1959 –que foi produzido no calor das disputas que se travavam em torno da produção da LDB – não obteve o mesmo resultado do documento de 1932, em virtude do envolvimento posterior de vários de seus signatários com a radicalização do processo político posterior ao período de sua divulgação, levando-os a posicionamentos diversos. Com isso, a ideia de uma frente de intelectuais de diferentes matrizes ideológicas, que presidiu a proposta de tal documento, perdeu força.

### **Inovações do Manifesto de 1959 em relação ao Manifesto de 1932**

Estudiosos da educação têm se dedicado a analisar o movimento que se caracterizou por uma insistente defesa da escola pública desde os anos

1930. Da Revolução de 1930 ao golpe de 1964, a sociedade brasileira vivenciou profundas transformações que foram constituindo uma sociedade mais moderna, dentro da lógica de desenvolvimento capitalista. A urbanização e a industrialização demonstram bem isso.

É importante destacar que tanto o Manifesto de 1932 quanto o Manifesto de 1959 dizem respeito a um movimento histórico no qual objetiva-se entender como esses foram influenciados *pela* e influenciadores *na* sociedade civil. Nas palavras de Lima (2012, p. 965), “no percurso entre os manifestos em tela a Pedagogia Nova enraizou suas práticas influenciando com o movimento liberal democrático tanto na sociedade civil, quanto nas políticas educacionais emanadas pelo Estado”.

O *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*, de 1932, contou com a participação de 26 signatários, entre os quais figuravam nomes expressivos da intelectualidade brasileira. O manifesto foi encabeçado por educadores como Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo, tidos como especialistas e técnicos em educação. Pode-se dizer que o traço comum entre a maioria dos signatários do manifesto era o fato de exercerem funções ligadas ao magistério.

O caminho percorrido desde 1932, além de longo, influenciou profundamente na educação brasileira. “Caminho que incluía os Governos de Getúlio Vargas, as perseguições, o Governo de Juscelino, e a questão política que envolvia a educação” (BEDIN, 2011, p. 64). O Manifesto de 1959 trouxe consigo a marca deixada pelo Manifesto de 1932, bem como toda mobilização em torno do reinício das lutas ideológicas em 1946, por ocasião da elaboração do projeto das Diretrizes e Bases da Educação. O fato de, logo no início, citarem a adesão dos jovens a essa empreitada, foi a estratégia encontrada por Azevedo (quem redigiu os dois manifestos) quanto à atualidade das questões apresentadas e reivindicadas no documento de 1959.

A introdução dos referidos manifestos dá condições de análise quanto às propostas inseridas neles. No primeiro parágrafo do Manifesto de 1932, é dada a máxima importância aos problemas da educação. Na concepção dos pioneiros, essa importância vai além dos problemas econômicos, pois defendiam que era impossível desenvolver as forças econômicas sem o desenvolvimento da cultura – que implicava o “desenvolvimento das aptidões à invenção e à iniciativa” – fundamentais para o enriquecimento de uma sociedade. “No decorrer dos 43 anos de República, não houve um entrelaçamento entre economia e educação, as duas não caminharam na

mesma direção”. (MANIFESTO, 1932, p. 33). As reformas parciais não trouxeram soluções no âmbito da educação; em contrapartida, ocorreu o abandono e desolação.

Por sua vez, o texto do Manifesto de 1959 inicia com a ênfase dada à gravidade dos problemas no âmbito da educação, passados 27 anos, o que obrigava os pioneiros a dar início à nova etapa do movimento de reconstrução educacional, agora, também com a participação da nova geração. Segundo Bedin (2011, p. 71), “o plano de ação tornara-se um programa de realizações práticas, cuja implantação foi esperada inutilmente por mais de um quarto de século”.

O Manifesto de 1932 abordou questões pedagógicas consideradas fundamentais pelos pioneiros, como os princípios da Escola Nova. Defendeu a filosofia e a ciência no âmbito da educação, considerando-os fundamentais nas reformas educacionais. O Manifesto de 1959, por sua vez, adotou uma postura mais pragmática, emergenciou as realizações práticas da reconstrução do ensino, mesmo porque a tramitação da LDB estava estagnada há 11 anos.

Na voz dos pioneiros, havia surgido o Manifesto de 1932, que defendia a renovação educacional. Muitos daqueles pioneiros continuaram em cena por várias décadas, levando adiante a concepção que representavam, no que diz respeito às questões educacionais da sociedade em transformação naquele contexto. Por outro lado, o Manifesto de 1959 “expressa um ponto de vista da história com o qual os seus signatários se envolviam, contemplando desde um mirante muito próprio, mas não necessariamente comum entre eles”. (SANFELICE, 2007, p. 544).

O projeto educacional reivindicado pelo Manifesto de 1932, reconfirmado e atualizado no Manifesto de 1959, traduzia o embate do velho com o novo sem que se saísse da lógica de capital de ampliação das relações capitalistas locais. Se o nacional desenvolvimentismo e as práticas políticas populistas marcaram fortemente aquela conjuntura, de alguma forma também condicionaram o alcance da visão histórica de muitos sujeitos contemporâneos a eles. No que diz respeito à educação, os argumentos do Manifesto de 1959, em defesa da escola pública, continuaram importando para os ideais das sociedades capitalistas mais avançadas e de lógica burguesa, atribuindo ao Estado republicano laico o papel de educar o cidadão-trabalhador para a sociedade industrial.

O pensamento social que permeava aquele grupo tão heterogêneo, na versão mais restrita de 1932 (ou na versão mais ampliada de 1959), era um pensamento portador de unanimidade: “A escola pública (a *res publica*) tinha no Estado seu lugar de administração”. (FREITAS; BICCAS, 2009, p. 176). Isso quer dizer que o Estado, de certa forma, na visão de Freitas e Biccás (2009, p. 177), era constantemente representado como “apogeu das superações históricas que a sociedade brasileira havia realizado e, ao mesmo tempo, como porta de entrada num universo capaz de recriar a sociedade brasileira pelo avesso, o que quer dizer, no sentido da predominância do interesse público sobre o privado”.

O Manifesto de 1932 fazia coro com uma argumentação convencida do caráter inconcluso da República e, ainda que com contradições, referia que a disseminação da escola pública deveria ser considerada o dado ausente, a lacuna a ser preenchida. Já o Manifesto de 1959 destacava a proclamação mais veemente das obrigações governamentais relacionadas à escola, conservando o mesmo “lamento diante das mesmas lacunas ainda não preenchidas”. (2009, p. 178). Os dois manifestos “revelavam a vulnerabilidade com o qual o tema escola pública estava posicionado nas rubricas orçamentárias, nos parágrafos jurídicos normativos, nos púlpitos e palanques e nos ‘chamamentos à nação’.” (2009, p. 178).

Diferentemente de 1932, o Manifesto de 1959 não se preocupou com questões pedagógico-didáticas. Admitindo válidas as diretrizes escolanovistas, de 1932, esse documento tratou de questões gerais de política educacional. O Manifesto de 1959 não foi favorável ao monopólio do ensino pelo Estado, como quiseram fazer crer à opinião pública e aos defensores do ensino privado. Pelo contrário, foi favorável à existência das duas redes (pública e particular); mas propôs que as verbas públicas servissem somente à rede pública e que as escolas particulares se submetessem à fiscalização do Estado.

O documento acrescenta que a educação nova assumiria sua verdadeira função social, e a luta pela escola pública, obrigatória e laica, foi elemento importante nas reformas educacionais. Segundo Santos et al. (2006, p. 145), “esse tipo de escola foi defendido pelos educadores do movimento de caráter político e econômico, segundo o qual o Estado assume a educação”. De acordo com essa proposta, a Igreja Católica perderia várias prerrogativas. Os intelectuais católicos pregavam a religião católica como suporte para o ensino no que dizia respeito à ordem e à moral.

Cada escola deveria reunir, em torno de si, segundo o documento de 1932, a família dos alunos; estimular e aproveitar as iniciativas dos pais em

favor da educação; constituir sociedades de ex-alunos que mantivessem relações constantes com as escolas; utilizar os valiosos e múltiplos elementos materiais e espirituais da coletividade e despertar e desenvolver o poder de iniciativa e o espírito de cooperação social entre pais, professores, imprensa e todas as demais instituições interessadas na obra da educação.

Por outro lado, o Manifesto de 1959 colocava que eram muito diversas as circunstâncias que refletiam esse novo documento. O Manifesto dizer que não seria negado nenhum dos princípios de 1932, tanto que esse poderia ser pensado e escrito nos dias atuais (contexto do final da década de 1950). Na verdade, o Manifesto de 1959 era favorável à educação democrática, à escola democrática e progressista que tinha “como postulados a liberdade de pensamento e a igualdade de oportunidades para todos”. (1959, p. 71).

Um aspecto que chama a atenção no Manifesto de 1959 é a denúncia de que “ultrapassa de 50% da população geral o número de analfabetos no país e que, de uma população em idade escolar (isto é de 7 a 14 anos) de 12 milhões de crianças, não frequentam a escola menos da metade”. (1959, p. 72). Continua o documento: devido à expansão quantitativa da escola, houve um rebaixamento de nível ou qualidade do ensino. Também, esse manifesto (1959, p. 73) aponta que “seria o excesso de centralização; o desinteresse, ou conforme alguns casos, a intervenção da política; a falta de espírito público, o diletantismo e improvisação conjugaram-se, nesse complexo de fatores, para criarem a situação a que chegou a educação”. Não foi o sistema de ensino público que falhou, na visão do manifesto, mas os que deviam prover a expansão, aumentar o número de escolas na medida das necessidades e, segundo planos racionais, prover suas instalações e preparar, cada vez mais, os professores, aparelhando-os com recursos indispensáveis ao desenvolvimento de suas diversas atividades.

É possível constatar que o texto do Manifesto de 1932, além de político, também trabalhava conceitos pedagógicos, tendo como caminho a filosofia e a ciência. Por outro lado, o Manifesto de 1959 restabeleceu o assunto pendente do Manifesto de 1932; refletiu sua indignação com o embargo das Diretrizes e Bases de 1948 e partiu em defesa dos princípios há muito defendidos. A finalização dada ao Manifesto de 1932 reforça a proposta inicial de reconstrução da educação. Por outro lado, Azevedo (1943) fez um retrospecto de todo o contexto, retomou a questão da filosofia e da ciência e abordou as dificuldades que seriam enfrentadas para redigir o Manifesto de 1959.

As forças conservadoras se mostravam contrárias ao ensino público e gratuito. Esse, “segundo o princípio da democracia, possibilitaria à população o acesso à participação na vida econômica e política do País; já bastava para assustar os conservadores”. (SANTOS et al., 2006, p. 141). Azevedo, redator responsável pelos dois manifestos, reafirmava os princípios da Escola Nova, mas tratava também do aspecto social da educação, dos deveres do Estado Democrático e do direito à escola para todos.

Para finalizar, no Manifesto de 1959, a industrialização foi apontada como responsável pela transformação da economia, processando também mudanças no ensino. Essa situação colaborou com a necessidade de uma escola subsidiada pelo Estado, “universal, obrigatória e gratuita, possibilitando, assim, um governo amplo com a participação de todos e não só das elites”. (BEDIN, 2011, p. 87). No entanto, a oposição conservadora representada por Carlos Lacerda, tentaria impedir essa reforma. Segundo o Manifesto de 1959, seria um retrocesso, um “retorno à Idade Média”. Novamente a questão das escolas particulares subsidiadas pelo governo foi contestada e acusada de mercantil pelos signatários de 1959.

### A concepção de *público* no Manifesto de 1959

Analisa-se, na última parte do artigo, o Manifesto de 1959, enfatizando a concepção de *público* presente no documento, principalmente no que diz respeito às responsabilidades do Estado com a educação pública. A referência principal dessa discussão é o *Manifesto dos Educadores Mais Uma Vez Convocados*, redigido por Azevedo e assinado por 161 profissionais de destaque no cenário brasileiro. Também: ressalta-se que o referido documento foi publicado em vários jornais,<sup>8</sup> no dia 1º de julho de 1959.

O Manifesto dos Educadores de 1959 foi a maior resposta da intelectualidade liberal-democrática ao movimento da Igreja Católica e dos proprietários de escolas particulares, pela revisão do projeto da LDB, que “culminou na apresentação do substitutivo do deputado Lacerda ao projeto 2.222/1957, até então, a síntese das proposições sobre o tema”. (MONTALVÃO, 2015, p. 190).

---

<sup>8</sup> O manifesto foi publicado, pela primeira vez, no jornal *O Estado de S. Paulo* e, simultaneamente, no jornal *Diário do Congresso Nacional*. Posteriormente, foi reproduzido pelo jornal *Diário do Congresso Nacional* e pelo *Jornal do Comércio*, ambos do Rio de Janeiro, bem como pelo *Boletim do Centro Regional de Pesquisas Educacionais* de São Paulo e pela *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. (MÉLO, 2009, p. 90).

Católicos e liberais travam, em diferentes espaços, embates, e um desses ocorreu no dia 5 de novembro de 1956, quando o deputado federal, Padre Fonseca e Silva, pronunciou um discurso na Câmara Federal, atacando Anísio Teixeira e Almeida Júnior por desejarem destruir as escolas confessionais. O segundo fato ocorreu no início de 1958, quando o Arcebispo de Porto Alegre, Dom Vicente Scherer, pronunciou-se, durante uma missa, criticando Anísio Teixeira sob o pretexto de estar promovendo o laicismo do ensino e o materialismo da vida com o objetivo de consolidar um plano de orientação materialista e ateuista ao ensino nacional. Segundo Scherer, “Teixeira estaria se posicionando contra as escolas particulares e a favor do monopólio estatal”. (BUFFA, 1979, p. 30).

O ano de 1958 ficou conhecido pela campanha dos representantes católicos em defesa da liberdade de ensino. “Eles a dirigiram contra o que consideravam o impedimento imposto pelo Estado, sobretudo às classes populares, das famílias escolherem o gênero de educação dos seus filhos”. (MONTALVÃO, 2015, p. 191). A solução do problema estaria no redirecionamento das verbas públicas para o setor privado, naquele momento formado, na grande maioria, por instituições confessionais católicas. Essa inversão permitiria o oferecimento de mais escolas de acordo com as necessidades da população, não disposta a receber uma educação laica, impregnada da visão cientificista de mundo.

O discurso católico repercutiu nos meios de comunicação mantidos pelas Ordens Religiosas. Nessa conjuntura, intelectuais identificados com o catolicismo militante também assinaram artigos em jornais de grande circulação. No entanto, o principal agente favorável às reivindicações católicas foi a *Associação da Educação Católica* (AEC). Fundada no final do Estado Novo (1945), a entidade unia as instituições particulares de ensino em torno da difusão de uma ideologia contrária à interferência estatal em assuntos considerados afetos à organização escolar.

No documento de 1959, a preocupação em relação à economia reforça a necessidade de evitar que os recursos públicos destinados à educação fossem desviados às instituições de ensino privadas. Nesse sentido, Pimentel et al. (2000, p. 49) salienta que “tratava-se, pois, no Manifesto de 1959, de realizar uma verdadeira ofensiva contra a iniciativa privada na área da educação”.

Em relação à economia, o manifesto destaca que os processos de industrialização e urbanização tinham provocado um distanciamento entre as camadas da população e a instabilidade entre o sistema educacional e as

modificações ocorridas no Brasil, no plano de desenvolvimento econômico. No entanto, manifesta a crença que a preparação científico-tecnológica iria concorrer à independência econômica da sociedade. “Transparece, também, a preocupação em adaptar o mundo da escola ao mundo da produção, expressa em subcategorias como ensino profissionalizante, progresso científico e tecnológico”. (PIMENTEL et al., 2000, p. 51). Esses elementos confirmam a importância do documento de 1959, como símbolo na luta em defesa da escola pública.

Em meio aos debates acerca do ensino público, no período de tramitação da LDB da Educação (1948-1961), destacam-se as discussões sobre Estado e educação. Nas palavras de Machado e Melo (2012, p. 72), “ao Estado foi atribuída a importância de responsabilizar-se pelo desenvolvimento da instrução pública, sendo esse um meio concebido como indispensável para a construção da democracia e progresso da sociedade”. O Estado deveria fundar e equipar as escolas, zelar pela democratização de acesso ao ensino público para o desenvolvimento social. Sua ação não expressava o monopólio do ensino, porém, o cumprimento de uma responsabilidade necessária, conforme os signatários de 1959 favoráveis ao ensino público.

Dessa forma, as verbas do Estado deveriam ser destinadas apenas ao ensino público, o que não impedia a liberdade de ensino em relação ao que defendiam as iniciativas privadas na fundação de suas instituições de ensino. “Havia algo de positivo na diversificação da oferta de ensino por parte de instituições privadas, contudo esta não poderia disputar os recursos públicos”. (MACHADO; MELO, 2012, p. 73). As ações empreendidas pelo Estado não deviam ser minimizadas em atribuições quanto à organização dos sistemas de ensino estadual e federal da educação.

É importante relatar que muitos signatários publicaram livros e artigos em defesa da escola pública. Como foram mais de 160 signatários que assinaram o Manifesto de 1959, resolveu-se discutir o ponto de vista de alguns deles: Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, Paschoal Lemme e Florestan Fernandes.

Teixeira, em seu artigo intitulado “A escola pública, universal e gratuita”, ressalta que “tudo está regulado por lei, e o estabelecimento federal em nada difere dos estabelecimentos de ensino particular no que diz respeito ao controle das atividades educativas”. (1956, p. 6). Por outro lado, difere desses pela dificuldade “de administrar o que vem conduzindo o país a uma idealização das condições do ensino privado, tido na visão conservadora como mais eficiente do que o público”. (TEIXEIRA, 1956, p. 7).

Na sua obra *Seguindo meu caminho: conferências sobre educação nacional*, Azevedo (1946, p. 154) aponta que se precisava de uma educação que, baseando-se no respeito aos direitos e à dignidade da pessoa humana, “prepare o indivíduo para as liberdades essenciais, em um regime democrático e popular que lhe dê o culto à liberdade e a compreensão de suas responsabilidades”. Segundo Azevedo, democracia, para existir, deve começar pelo povo, com isso, a educação deve proporcionar igualdade de oportunidades para toda a população.

Lemme (2004, p. 105), na sua obra denominada *Memórias de um educador* (v. 5), defende que a “instrução pública é uma conquista da história, que deve ser sempre e cada vez mais ampliada e não restringida ou ameaçada por manobras sectárias medievais”. Lemme (p. 106), continua ressaltando que a instrução pública é “dever do Estado democrático e direito do cidadão que paga impostos e que precisa ser formado para a cidadania e para a vida profissional, em seu próprio benefício”. No que diz respeito ao ensino, o que mede o grau de extensão da democracia existente num determinado Estado é o esforço que esse Estado está fazendo, no sentido de assegurar ao maior número possível de cidadãos oportunidades iguais de acesso ao ensino e à cultura.

No artigo intitulado “Em defesa da Escola Pública”, Fernandes (1960, p. 111) denuncia que o ensino privado, de forma alguma, havia sido ameaçado no Brasil. Muito pelo contrário, foi reconhecido e protegido pelas leis, “colhendo contínuos benefícios legais e até ilegais dos poderes públicos, da isenção tributária a favores diretos, na doação de terrenos, de equipamentos e de recursos ou em subvenções de várias espécies, que beneficiavam muitas escolas católicas”. Diante disso, chamamos a atenção ao fato de que o Estado que tolerava e amparava tanto a escola pública quanto a privada, era acusado de pretender destruir a segunda para beneficiar a primeira.

O Manifesto de 1959 foi destacado pelos signatários como o marco de nova etapa do movimento de reconstrução educacional. As defesas se voltaram à educação integral, universal, laica, obrigatória e gratuita, necessária à formação para o trabalho e a cidadania. Observa-se o que diz o manifesto em relação ao ensino público e sua função:

A escola concorre para desenvolver a consciência nacional: ela é um dos mais poderosos fatores de assimilação como também de desenvolvimento das instituições democráticas. Entendemos, por isso, que a educação deve ser universal, isto é, tem de ser organizada e ampliada de maneira que seja possível ministrá-la a todos sem distinções de qualquer ordem; obrigatória e gratuita em todos os graus; integral, no sentido de que, destinando-se a contribuir para a formação da personalidade da criança, do adolescente e do jovem, deve assegurar a todos o maior desenvolvimento de suas capacidades físicas, morais, intelectuais e artísticas. Fundada no espírito de liberdade e no respeito da pessoa humana, procurará por todas as formas criar na escola as condições de uma disciplina consciente, despertar e fortalecer o amor à pátria, o sentimento democrático, a consciência de responsabilidade profissional e cívica, a amizade e, a união entre os povos. (1959, p. 70).

Os signatários tinham como objetivo expor seus pontos de vista sobre os problemas da educação, que, por sinal, eram graves e complexos no âmbito nacional. Essa atitude se pautou pelo “amor ao princípio da liberdade”. (MANIFESTO, 1959, p. 74). Dessa forma, não eram contrários aos fundamentos da liberdade de ensino, mas consideravam que essa não deveria se concretizar beneficiando o ensino particular em detrimento do ensino público, ou pior, pela manutenção do ensino privado através do financiamento público. Assim, segundo o Manifesto (1959, p. 75), os signatários foram contrários aos princípios de liberdade de ensino do substitutivo de Lacerda<sup>9</sup> e “evocaram a liberdade de pensamento e de igualdade de condições de acesso à educação, isto é, uma liberdade baseada nos deveres do Estado de assegurar ensino público de qualidade” à ampliação de oportunidades à educação e cultura.

Caso fosse aprovada essa legislação, com base no substitutivo de Lacerda, isso favoreceria o desenvolvimento da iniciativa privada e, em

---

<sup>9</sup> Deputado Federal pela União Democrática Nacional (UDN). Carlos Lacerda colocou como tema central das discussões parlamentares a luta contra o monopólio estatal da educação no final da década de 1950, no período de elaboração da LDB de 1961. O deputado acusava o Estado de monopolizar a educação. (COUTINHO, 2006, p. 7).

<sup>10</sup> Fernandes deixava claro que não era contra a existência de estabelecimentos confessionais e particulares de ensino, desde que se mantivessem com seus próprios recursos, pois isso era absolutamente possível para quem negocia com a educação. (SANTOS, 2002, p. 95).

contrapartida, desqualificaria e diminuiria em quantidade as instituições públicas de ensino. O ensino nacional ficaria concentrado nas mãos da iniciativa privada, e as instituições públicas iriam ter pouca atenção do Poder Público, e o ensino privado, por outro lado, seria alvo de pouca fiscalização e de efetivo auxílio financeiro. Em relação a isso, o manifesto é claro quando afirma:

É praticamente uma larga ofensiva para obter maiores recursos do Estado, do qual se reclama, não aumentar cada vez mais os meios de que necessita o ensino público, mas dessangrá-lo para sustentar, com o esgotamento das escolas que mantém, as de iniciativa privada. O grave documento a que acima nos referimos, “apresenta, de fato, como suas linhas mestras (nas palavras, insuspeitas e autorizadas, d’O Estado de S. Paulo) estes três princípios fundamentais: 1) o ensino será ministrado sobretudo pelas entidades privadas e, supletivamente, pelo poder público; 2) o ensino particular não será fiscalizado pelo Estado; 3) o Estado subvencionará as escolas privadas, a fim de que estas possam igualar os vencimentos dos seus professores aos dos professores oficiais. É, como se vê (conclui o grande diário), a instituição no Brasil, do reinado do ensino livre: livre da fiscalização do Estado, mas remunerado pelos cofres públicos”. (1959, p. 79).

Através disso, o manifesto apresentava “uma tomada de consciência da realidade” e dos problemas que existiam no ensino público daquele momento para mudanças em favor de seu desenvolvimento. Desse modo, propôs “uma retomada, franca e decidida, de posição em favor, como antes, da educação democrática, da escola democrática e progressista que tem como postulados a liberdade de pensamento e a igualdade de oportunidades para todos”. (MANIFESTO, 1959, p. 81).

Outra questão levantada pelos signatários apontava como deficientes os recursos aplicados à educação e o que prevalecia “era o excesso de centralização de investimentos por parte do Estado em determinadas regiões”. (1959, p. 82). A isso se somava o desinteresse em modificar essa situação, que predominava na educação pública brasileira. O ensino público sofria a falta de ação do Estado em assegurar sua expansão e qualidade no decorrer dos anos. Sobre isso, o Manifesto relata que,

não foi, portanto, o sistema de ensino público que falhou, mas os que deviam prever-lhe a expansão, aumentar-lhe o número de escolas na medida das necessidades e segundo planos racionais, prover as suas instalações, preparar-lhe cada vez mais solidamente o professorado e aparelhá-lo dos recursos indispensáveis ao desenvolvimento de suas múltiplas atividades. As aperturas financeiras em que sempre se debateu o conjunto educacional, na variedade de suas instituições, não podiam deixar de poderosamente contribuir para embaraçar, retardar senão tolher os seus progressos. (1959, p. 83).

Muito deveria ser feito para melhorar a educação do País, que tinha que “estar atenta às necessidades sociais do momento, acompanhar as mudanças que ocorriam na sociedade, como os avanços tecnológicos, que exigiam novos paradigmas”. (MANIFESTO, 1959, p. 84). Para que isso acontecesse, era preciso que o Estado assumisse o papel de mantenedor do ensino e de efetivador de reformas significativas. Além disso, o Estado deveria garantir a permanência dos alunos nas escolas, que era outro grave problema que o sistema de ensino público brasileiro enfrentava.

A liberdade de ensino foi destacada pelo substitutivo de Lacerda, com base na expressão de livre-iniciativa dos estabelecimentos privados em promover a educação para todos. Essa ideia foi rebatida pelos signatários no manifesto. (1959, p. 86). Eles “afirmaram ser necessária a ação do Estado na definição da organização do ensino nacional, não sendo esta uma atitude que monopolizaria o ensino, mas, que, antes de tudo, iria assegurar a oferta de um ensino de qualidade”. O Estado oportunizava condições para a livre-iniciativa de oferta e expansão da rede privada e não impedia o desenvolvimento da educação particular no Brasil.

Para os signatários do manifesto, o Estado até poderia estimular a iniciativa privada, porém, por princípio, deveria assegurar o cumprimento do dever de manter os sistemas de ensino nacionais e disponibilizar recursos, para que os problemas que dificultavam o desenvolvimento do ensino público fossem solucionados. Também esses defenderam “um ensino essencialmente público, baseado nos preceitos da ordem democrática”. (1959, p. 88). Levantaram a bandeira da educação liberal e democrática, observando a importância da educação para os avanços científico e tecnológico e para o desenvolvimento e o progresso do Brasil. Sobre isso, o Manifesto afirma

A educação pública por que nos batemos, ontem como hoje, é a educação fundada em princípios e sob a inspiração de ideais democráticos. A ideia da educação pública, – conquista irreversível das sociedades modernas; a de uma educação liberal e democrática, e a educação para o trabalho e o desenvolvimento econômico e, portanto, para o progresso das ciências ser da técnica que residem à base da civilização industrial, são três teses fundamentais defendidas por educadores do mundo inteiro. (1959, p. 89).

Com isso, era preciso que a educação seguisse a direção da evolução das mudanças que ocorriam na sociedade brasileira. O mundo (lembrando que se trata das décadas de 1950 e 1960) exigia práticas educativas diferentes e em conformidade com as novas necessidades pessoais e sociais dos indivíduos e do mercado globalizado. Nesse período, percebe-se, que havia

a expansão da revolução científica e tecnológica, do nacionalismo, das reivindicações econômicas dos indivíduos por melhores condições de vida, bem como a formação e o avanço pelos países de métodos pedagógicos diferenciados do modelo proposto pelo ensino tradicional. (MANIFESTO, 1959, p. 90).

Continuando a discussão, isso direcionava à definição de nova filosofia educacional por parte de educadores e da função que a escola deveria exercer, visto que “essa instituição deveria oportunizar ao indivíduo o conhecimento da civilização e a preparação dos jovens para o mercado de trabalho em contínua transformação”. (1959, p. 90).

Desse modo, destaca-se que caberia à educação pública, desse período, a formação do indivíduo para a vida em sociedade, a preparação para o convívio social e para o mundo do trabalho. E, justamente, era a escola pública que possuía tais condições para colaborar com os progressos científico e tecnológico do Brasil. Sobre essa questão, veja-se o que consta no Manifesto:

A educação pública tem de ser, pois, reestruturada para contribuir também, como lhe compete para o progresso científico e técnico, para o trabalho produtivo e desenvolvimento econômico. A reivindicação universal da melhoria das condições de vida, com todas as suas implicações econômicas, sociais e políticas, não pode permanecer insensível ou mais ou menos indiferente à educação de todos os graus. (1959, p. 91).

Os signatários também destacaram que, “ao invés de proporem uma legislação e ações que assegurassem a superação dos problemas existentes no ensino brasileiro e, conseqüentemente, a qualidade da educação nacional, evidenciavam-se debates que nada contribuíam para a definição de um sistema de ensino eficaz”. (1959, p. 91).

Observa-se que para os signatários do Manifesto de 1959, a liberdade de ensino, no substitutivo de Lacerda, colocava em risco as condições democráticas de acesso à educação no Brasil. A oferta de ensino público da parte do Estado conduzia a maiores oportunidades de educação para o povo brasileiro. Era preciso que o Estado “se atentasse à importância do desenvolvimento da instrução pública no país e à necessária efetivação da democracia no âmbito educacional para o ingresso da população em instituições educativas”. (1959, p. 92). Ao contrário do Brasil, outros países valorizavam a conquista da democracia e da expansão de acesso ao ensino público no país. O substitutivo ainda, “prejudicava a concretização da educação democrática no país, já que o direcionamento de verbas do Estado para a manutenção de escolas privadas não era garantia da efetivação do princípio de educação para todos”. (1959, p. 92).

A posição do Manifesto dos Educadores de 1959 é crítica em relação ao comportamento dos defensores do ensino privado e da forma como estariam reagindo ante os defensores do ensino público. Nesse contexto, foi lançada a “Campanha em Defesa da Escola Pública” tendo Fernandes<sup>10</sup> como um de seus principais articuladores. Em 21 de novembro de 1959, poucos meses após a publicação do manifesto, Fernandes publica um artigo no jornal *O Estado de S. Paulo*, cobrando um posicionamento de intelectuais na defesa da escola pública. Nesse debate, entram em pauta questões como o papel do Estado na defesa dos interesses públicos e os deveres do mesmo na defesa do ensino público e gratuito.

A educação para todos os brasileiros iria se concretizar através do ensino público, que deveria ser responsabilidade do Estado. Esse deveria zelar pelo ensino gratuito para que todos os indivíduos pudessem ter acesso à educação. Assim, o ensino gratuito e laico seria a condição para o estabelecimento de um ensino democrático. A organização do sistema nacional, também deveria encaminhar-se para assegurar esse princípio. Nesse sentido, defende-se que o ensino público deveria ser assegurado pelo Estado por ser o único meio que permitiria maiores condições democráticas de acesso à educação para o povo brasileiro.

## Considerações finais

Os signatários do Manifesto de 1959 insistem na tese de que os defensores do ensino privado não queriam nenhum tipo de disciplinamento por parte do Estado, mas, em contrapartida, eram muito receptivos aos recursos do Estado para suas instituições. Essa postura dificultava o avanço de políticas públicas que visassem dar conta dos complexos problemas estruturais da sociedade brasileira. Essa é a crítica central dos signatários, quando os defensores do ensino privado queriam também verbas do Estado para suas escolas; em contrapartida, eram contrários a qualquer tipo de fiscalização do Estado em seus estabelecimentos de ensino.

Na visão dos signatários, o Estado Democrático estava em formação. Era o agente principal na tarefa de garantir democracia nos diversos setores da sociedade brasileira. O Estado Democrático, no âmbito da educação, tinha a grande missão de assegurar ensino público e estabelecer e reconhecer seus limites quanto à manutenção do ensino de iniciativa privada. Os signatários destacaram a necessidade de defesa da constituição de um Estado Democrático na Nação brasileira e, segundo eles, a população não podia se posicionar de modo indiferente às ameaças ao desenvolvimento desse agente político. Sendo assim, seus benefícios para com a instrução nacional deveriam ser levados em consideração e almejados.

O Estado brasileiro converter-se-ia em Estado Educador, na medida em que visasse à e assegurasse a expansão e manutenção do ensino na sociedade. Isso significa, por parte do Estado, maior participação nas decisões e efetivação de reformas no campo educacional, de maneira que mobilizasse esforços em prol da organização do ensino e de seu sistema nacional. Era preciso a ampliação do número de escolas no País para a oferta de educação democrática à população. O Estado Educador tinha por responsabilidade zelar pelas condições democráticas no âmbito da educação.

Em relação à LDB, de 1961, no texto final, as questões acerca de provimento à educação e da fiscalização das escolas (traduzidas na composição de Conselhos de Educação), da forma como foram concluídas, deram bastante espaço à iniciativa privada. Dessa forma, essa lei acabou favorecendo a representação das escolas privadas e deixou lacunas no sentido da fiscalização desses estabelecimentos de ensino.

A compreensão de *público* presente no Manifesto de 1959, entretanto, não restringe a ideia de *público* somente ao financiamento. A ideia de público como sinônimo de *financiamento público* não é uma questão defendida pelo

manifesto. Nesse sentido, o público deve ir além do financiamento público que é um dos pressupostos. A reivindicação dos signatários – o Estado devia controlar a educação como um todo e que as escolas públicas e privadas tinham de se submeter às suas diretrizes – abre uma perspectiva interessante não apenas no contexto das décadas de 1950 e 1960, mas para os dias atuais.

No Manifesto de 1959, há uma posição clara na defesa da escola pública e a explicitação do papel do Estado. No entanto, em nenhum momento, discutiu-se o papel do Estado numa sociedade de classes e as opções políticas que decorrem desses compromissos de classe. O Estado brasileiro tem sua formação e desenvolvimento articulados a grupos e classes hegemônicos. Daí a dificuldade de pensá-lo como um bloco monolítico e comprometido com a sociedade. Esse é um limite do manifesto, porém compreensível dada as diferenças de ideias/ideais entre os que o assinaram.

## Referências

AZEVEDO, Fernando de. *Seguindo meu caminho*: conferências sobre educação e cultura. São Paulo: Nacional, 1946.

AZEVEDO, Fernando de. *Velha e nova política*: aspectos e figuras da educação nacional. São Paulo: Nacional, 1943.

BEDIN, Brigitte. *Os pioneiros da Escola Nova; Manifestos de 1932 e 1959*: semelhanças, divergências e contribuições. 2011. 141 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

BUFFA, Ester. *Ideologias em conflito*: escola pública e escola privada. São Paulo: Cortez e Moraes, 1979.

CARVALHO, João do Prado Ferraz de. A origem do Manifesto dos Educadores Mais Uma Vez Convocados, de 1959, na correspondência de alguns de seus signatários. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 5., 2008, Aracaju-SE. *Anais...* Aracaju: Unit/UFS, 2008. p. 1-15.

COUTINHO, Maria Angélica da Gama. Carlos Lacerda e o Projeto de Educação Nacional. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 4., 2006, Goiânia. *Anais...*Goiânia, 2006. p. 1-10.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 12. ed. São Paulo: Edusp, 2004.

FERNANDES, Florestan. Em defesa da Escola Pública. In: BARROS, Roque Spencer Maciel de (Org.). *Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. São Paulo: Pioneira, 1960. p. 104-118.

FREITAS, Marcos Cézar; BICCAS, Maurilane de Souza. *História social da educação no Brasil (1926-1996)*. São Paulo: Cortez, 2009.

GOMES, Marco Antônio de Oliveira. Vozes em defesa da ordem: o debate entre o público e o privado na educação (1945-1968). In: ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO NO BRASIL. REGIÃO SUDESTE – EDUCAÇÃO: DIREITO OU SERVIÇO?, 7., 2005, Belo Horizonte-MG. *Anais...* Belo Horizonte, 2005. p. 1-23.

LEMME, Paschoal. *Memórias de um educador*. 2.ed. Brasília: Inep, 2004. 5 v.

LIMA, Antonio Bosco de. Manifesto dos pioneiros da educação (1932): leituras de seus 80 anos. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”, 9., 2012, João Pessoa. ANAIS... Universidade Federal da Paraíba, p. 963-990, 2012.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. *A pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.

MACHADO, Maria Cristina Gomes; MELO, Cristiane Silva. O debate acerca do ensino público nas discussões sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1961). *Revista Educação e Fronteiras*, v. 2, p. 67-79, 2012. Online.

MANIFESTO dos Educadores Mais Uma Vez Convocados 1959. In: AZEVEDO, Fernando et al. *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932) e dos Educadores (1959)*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Massangana, 2010. p. 69-99.

MÉLO, Cristiane Silva. *Estado e educação pela imprensa: o debate de Florestan Fernandes ante a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1959-1961)*. 2009. 223 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2009.

MONTALVÃO, Sérgio de Sousa. As representações do intelectual no Manifesto Mais Uma Vez Convocados (1959). *Intellèctus*, ano XIV, n. 2, p. 189-206, 2015.

MOREIRA, Walter. Revisão de literatura e desenvolvimento científico: conceitos e estratégias para a confecção. *Jamus*, Lorena, n. 1, p. 21-30, ago. 2004.

O MANIFESTO dos Pioneiros da Educação Nova 1932. In: AZEVEDO, Fernando et al. *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932) e dos Educadores (1959)*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Massangana, 2010. p. 33-66.

PIMENTEL, Marília Araújo Lima et al. (Coord.). *Trajetórias de liberais e radicais pela educação pública*: Anísio Teixeira, Darcy Ribeiro, Fernando de Azevedo e Florestan Fernandes. São Paulo: Loyola, 2000.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da educação no Brasil (1930-1973)*. Petrópolis: Vozes, 1978.

SANFELICE, José Luís. O Manifesto dos Educadores (1959) à luz da história. *Educ. e Soc.*, v. 28, n. 99, p. 542-557, ago. 2007.

SANTOS, Irene da Silva Fonseca dos et al. Brasil – 1930-1961: Escola Nova, LDB, e disputa entre escola pública e escola privada. *Revista HISTEDBR*, Campinas, n. 22, p. 131-149, jun. 2006. *Online*

SANTOS, Robinson dos. *Saber e compromisso*: Florestan Fernandes e a escola pública. Passo Fundo: UPF, 2002.

TEIXEIRA, Anísio. *Educação não é privilégio*. 2. ed. São Paulo: Nacional, 1968.

TEIXEIRA, Anísio. A escola pública, universal e gratuita. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, v. 26, n. 64, p. 3-27, out./dez. 1956.

XAVIER, Libânia Nacif. Manifestos, cartas, educação e democracia. In: MAGALDI, Ana Maria; GONDRA, José G. (Org.). *A reorganização do campo educacional no Brasil*: manifestações, manifestos e manifestantes. Rio de Janeiro: 7Letras, 2003. p. 9-28.

---

Submetido em 23 de abril de 2017.  
Aprovado em 22 de dezembro de 2017.